

ESTADÃO
BLUE STUDIO

Este material é produzido
pelo Estadão Blue Studio.

Tiago Queiroz/Estadão

ESTADÃO Guia de COLÉGIOS

28 DE SETEMBRO DE 2025

Eduardo Chagas teve o aprendizado marcado por dificuldades em matemática e agora, busca experiência diferente para a filha Aurora



Como ensinar matemática?

Dificuldades de aprendizado expõem a necessidade de novas abordagens para desenvolver competências essenciais ao futuro dos estudantes, como raciocínio lógico, resolução de problemas e criatividade. **pág. 2**



Ensino médio
Novo currículo busca maior equilíbrio formativo
Págs. 10 e 11



Inclusão
Avanços garantem maior acessibilidade nas escolas
Págs. 8 e 9



Acesse a versão online e consulte o Guia de Colégios 2025, com informações detalhadas sobre dezenas de milhares de escolas de todo o País e mais conteúdos exclusivos

Parceria



Patrocínio



O desafio da matemática

Especialistas defendem métodos que preservem a criatividade e aproximem o ensino do cotidiano

Muita gente começa a tropeçar na matemática já nos primeiros anos da escola. A dificuldade não é pontual: em 2023, menos da metade dos alunos da rede pública atingiu o nível esperado até o 5º ano, segundo levantamento do Todos Pela Educação a partir dos dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). O resultado mostra que muitos avançam de série sem dominar operações básicas, o que compromete o aprendizado futuro.

Para Raquel Milani, docente da área de Educação Matemática da USP, o maior desafio nos anos iniciais é preservar a criatividade das crianças. "Elas chegam à escola imaginativas, espontâneas, cheias de perguntas, e o ensino tradicional tende a moldar todos a pensarem do mesmo jeito." Esse formato, avalia, inibe a diversidade de raciocínios e desconsidera vivências, como lidar com dinheiro ou troco, por exemplo. "As crianças não precisam calcular da mesma forma. Quando o professor diz "é assim que se faz", regula o pensamento em vez de construir um conhecimento emancipatório e dialogado."

VIVÊNCIAS

A dificuldade em matemática também aparece nos relatos de famílias. Diagnosticado com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) na vida adulta, Eduardo Chagas, de 36 anos, lembra que sua primeira recuperação foi nessa disciplina, aos seis anos, experiência que o marcou e o fez acreditar que não gostava de estudar. Ele se engajava quando as atividades eram práticas, como no trabalho de coletar folhas e flores — experiência que considera marcante e relacionada ao fato de hoje trabalhar com plantas.

Mais tarde, Chagas descobriu que sua memória auditiva era mais eficiente que a leitura e avalia que a escola poderia ter reconhecido isso desde o início. "Não é só o TDAH: é consequência de um sistema que, desde cedo, cobra performance e nota,



Após aprendizado difícil, Chagas quer que a filha Aurora receba estímulos sem pressão

sem respeitar o tempo de cada criança."

Hoje, ele é pai de Aurora, de 4 anos, e teme que a filha repita as mesmas marcas. Atualmente, ela estuda no Centro Municipal de Educação Infantil (Cemei) Suzana Campos Tauil, em São Paulo. "Espero que a próxima escola da Aurora olhe para esse período com tanto interesse quanto a criança, em um processo que respeite a descoberta e não imponha pressão. Eu acredito que o papel da escola seja oferecer os estímulos corretos e não atrapalhar a criança com métodos preestabelecidos."

NAS ESCOLAS

No Colégio Pentágono, jogos de tabuleiro, bingos, dominós e cartas ajudam os estudantes a explorar padrões, desenvolver cálculo mental e compreender as quatro operações. Recursos como geoplano, tangram e dobraduras permitem investigar formas e simetrias. "Esses materiais permitem que os alunos experimentem e testem ideias matemáticas em situações planejadas, nas quais são convidados a levantar hipóteses,

comparar estratégias e registrar descobertas", explica Reinaldo Aquino, diretor da unidade Perdizes, em São Paulo.

A resolução de problemas é o eixo central: professores propõem desafios que partem de jogos, materiais manipulativos ou situações reais, como calcular trajetos em mapas ou dividir objetos de forma justa. "Essa prática ajuda a desenvolver argumentação, raciocínio lógico e autonomia, mostrando que a matemática se constrói na investigação e na troca de ideias", afirma Aquino.

Na Escola Waldorf Aracê, em Cotia (SP), o aprendizado vai além dos meios tradicionais. Música, histórias, ritmos, poemas e materiais da natureza fazem parte da rotina. A resolução de problemas também nasce do cotidiano. Entre as atividades, estão o plantio de trigo para produzir pão, marcenaria, culinária e colheitas na horta, situações que exigem cálculos de quantidade, medidas e frações. "Chamamos de Educação do Fazer com Sentido: conteúdos aparecem do trabalho prático, útil e conectado à vida", explica o corpo pedagógico da escola.

FUTURO

Embora vista como obstáculo por muitos alunos, a matemática é justamente a disciplina que desenvolve competências valorizadas no futuro, como pensamento lógico, criatividade, argumentação e resolução de problemas, observa o professor Guilherme Jacobik, do Instituto Singularidades. Para Raquel Milani, construir uma base sólida nos anos iniciais exige valorizar tanto o currículo científico quanto os saberes prévios dos alunos. "Se criarmos uma cultura do diálogo, em que o diferente é explicitado e respeitado, formamos sujeitos que argumentam, opinam e fazem escolhas com mais segurança."



O Guia de Colégios 2025 reúne informações detalhadas sobre milhares de escolas de todo o País, com dados do Censo da Educação Básica 2024. A ferramenta é produzida em parceria com a edtech Melhor Escola e pode ser acessada pelo QR Code



Colégio Dante Alighieri

- > Da Educação Infantil ao Ensino Médio
- > Opção de *Elementary, Middle e High School*
- > Inglês desde a Educação Infantil
- > Opção de período integral

E MAIS:



CURRÍCULO INTERNACIONAL

Liceo Scientifico reconhecido
pelo governo italiano

geração D

**Dantianas e Dantianos
que nasceram para brilhar.**

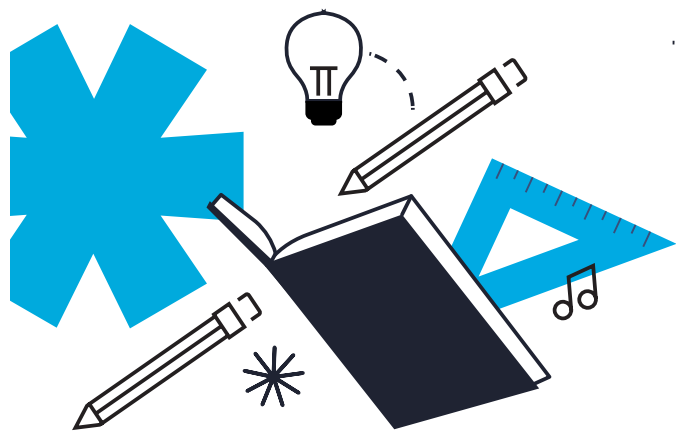


Raphael Kato é Geração D:

Urologista e especialista em cirurgia robótica e em casos de alta complexidade, Raphael formou-se pela Faculdade de Medicina da USP (2008) e fez residência médica no Hospital das Clínicas. Realizou estágios no Children's Hospital of Harvard Medical School (EUA) e no Ospedale Maggiore Policlinico Della Università Degli Studi di Milano (Itália), ambos em cirurgia robótica. Hoje faz parte do corpo clínico dos principais hospitais da cidade.



Guiados pelo conhecimento e conectados pelo coração. >>> dante.pro/geracaod



Escola sem celular

Lei que proíbe celulares traz ganhos à rotina escolar, mas mantém o desafio da cidadania digital

Desde janeiro de 2025, celulares estão oficialmente proibidos nas salas de aula em todo o Brasil. A mudança veio com a sanção presidencial da Lei nº 15.100/2025, que alterou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para restringir o uso de aparelhos eletrônicos pessoais durante as atividades escolares, exceto quando houver finalidade pedagógica autorizada pelo professor.

Nas redes públicas e privadas, muitas instituições adotavam regras próprias de limitação ao uso do celular antes da legislação federal, que apenas consoli-

dou práticas já existentes. Na escola Vera Cruz, em São Paulo (SP), por exemplo, o uso de celulares em sala de aula já era proibido antes da lei. “A partir do 6º ano, eles não podiam entrar com o celular nas salas, salvo em situações planejadas com finalidade pedagógica”, afirma Daniel Helene, coordenador pedagógico do ensino fundamental.

MUDANÇAS

Mas isso não quer dizer que a nova lei não tenha trazido mudanças. As mais perceptíveis, segundo Helene, ocorreram fora das aulas. Antes, cerca de 20% dos alunos costumavam se reunir em rodas durante o recreio para assistir a vídeos nos celulares. “A

proibição fez com que os alunos passassem a conversar de outras maneiras”, diz.

No Colégio Adventista, com unidades na região do ABC e no litoral paulista, também já existiam diretrizes internas sobre o tema. Mas, com a promulgação da lei, essas regras foram reforçadas e acompanhadas de ações práticas, como campanhas de conscientização e reuniões com pais e alunos. “Houve um aumento na participação durante as aulas. A ausência do celular reduziu as distrações e facilitou a construção de um ambiente mais colaborativo”, relata o diretor-geral, Cleyton Guimarães Costa.

Também já se percebem outros sinais interessantes com a redução do uso excessivo de celulares no dia a dia, no período fora da escola, o que trazia efeitos negativos também do ponto de vista da saúde mental de crianças e adolescen-

tes. “A ansiedade, especialmente nos momentos que antecediam o intervalo e a troca de professores, diminuiu com o tempo. A concentração e o envolvimento nas aulas aumentaram significativamente. O ambiente está mais fluido, e os professores conseguem desenvolver os conteúdos com mais profundidade”, diz Rosemary Pontes, diretora pedagógica da rede de colégios Multiverso Educação, do Ceará. Para ajudar nessa transição, escolas da rede ampliaram as opções de atividades nos intervalos, oferecendo jogos de cartas, gamão e até karaokê.

IMPACTOS INICIAIS

O apoio também precisa vir das famílias dos alunos, e o engajamento delas tem sido decisivo para que a regra funcione na prática. No Vera Cruz, o diálogo com os pais foi conduzido junto à Organização de Famílias da escola, garantindo adesão e entendimento.

“Com as famílias não há embate ou conflito, mas observamos a manutenção de alguns comportamentos, como pais que querem conversar com os filhos por mensagem durante o período escolar. Aos poucos, fomos restringindo o uso dos aparelhos a momentos muito específicos: os alunos podem trazer os celulares, mas usam apenas no horário da chegada, no recreio e no horário de saída”, comenta Helene.

Se já são claros os sinais positivos no comportamento, na saúde mental e na convivência entre os alunos, ainda é cedo para medir impactos na aprendizagem. Mesmo assim, os relatos de professores sobre o aumento da fluidez nas aulas, menor número de interrupções e maior aproveitamento dos conteúdos são encorajadores.

Onde o talento
se eleva em
dois idiomas.



ESCOLA
Eleva
SÃO PAULO

Uma nova tradição
de educação em
São Paulo.

Rua José Antônio Coelho, 819
Vila Mariana, São Paulo

MATRÍCULAS ABERTAS

Da Educação Infantil ao Ensino Médio

(11) 9 1602-5728

O lugar da tecnologia

A lei federal que proibiu o uso de celulares em sala de aula já traz benefícios percebidos por professores, mas também reacende um debate antigo sobre o papel das tecnologias na educação. A medida busca reduzir distrações e ampliar o foco dos estudantes, ao mesmo tempo que levanta uma questão: como evitar que a regulação seja confundida com rejeição à tecnologia?

Para especialistas e instituições, a proibição não deve ser interpretada como um veto à tecnologia digital nas escolas, cada vez mais presente em práticas pedagógicas que, em alguns casos, incluem o uso controlado de celulares. Nas escolas ouvidas pelo *Guia de Colégios*, há consenso de que o problema não está na tecnologia, mas no uso recreativo e descontextualizado. "Seguimos utilizando recursos digitais, inclusive com celulares da escola que não têm redes sociais nem jogos. São usados para gravar entrevistas, tirar fotos, fazer pequenas edições de vídeo.

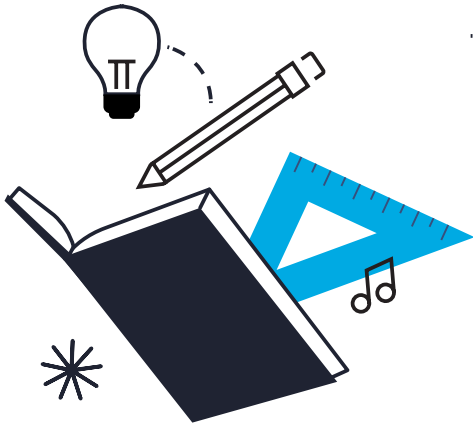
A gente quer continuar ensinando os alunos a trabalharem com esses equipamentos", afirma Daniel Helene, do Vera Cruz.

Rosemary Pontes, diretora do Colégio Multiverso Educação em Fortaleza (CE), reforça essa ideia: "A questão não é rejeitar a tecnologia, mas sim educar para o uso consciente e equilibrado. Contamos com Chromebooks, TVs, projetores e uma excelente internet, que garantem uma conexão saudável e produtiva com o mundo digital".

Há também a preocupação de que o "desaparecimento" dos celulares no ambiente escolar deixe em segundo plano a necessidade de uma formação crítica para o uso responsável das telas. Quem faz o alerta é Guilherme Alves, gerente de Projetos da SaferNet, organização sem fins lucrativos dedicada à defesa e promoção dos direitos humanos na internet. Ele ressalta que a nova regra pode até ajudar a reduzir distrações em sala de aula, mas não resolve

sozinha os desafios do mundo digital: "Ela colabora no curto prazo, mas não pode ser tratada como afastamento da educação para a cidadania digital, que é um direito dos estudantes e está prevista na BNCC [Base Nacional Comum Curricular] desde 2017".

Ele destaca que, para isso, é importante investir na formação de professores, envolver as famílias e integrar o tema ao currículo escolar: "A escola tem papel central de ensinar sobre privacidade, discurso de ódio, desinformação, saúde mental e outros temas que atravessam o uso da tecnologia". O foco, defende Alves, não deve ser apenas restringir os aparelhos, mas preparar os alunos para lidar com os riscos da hiperconectividade dentro e fora dos muros da escola.



Colégio Drummond

Maternal, Jardim e Pré • Fundamental I e II • Ensino Médio

Protagonistas do **saber**, líderes do **futuro**

Conheça
nossos
diferenciais



Escolas Coligadas

COLÉGIO
DRUMMOND
TATUAPÉ

(11) 98679-1909

COLÉGIO
ALVORADA
VILA FORMOSA

(11) 99764-1181

COLÉGIO
COMENDADOR
PENHA
(E.M. NOTURNO)

(11) 94576-4206

ESCOLA
JOÃO XXIII
PENHA

(11) 94576-4206

COLÉGIO
DRUMMOND
PONTE RASA

(11) 93718-1840



CAMBRIDGE
UNIVERSITY PRESS
English School

Brincar para aprender

Vivências lúdicas são parte essencial do desenvolvimento infantil

Brincar na escola vai muito além da recreação: é prática que garante descobertas, convivência e aprendizado. No dia a dia, seja em jogos, construções ou atividades coletivas, cada experiência amplia as habilidades cognitivas, sociais e motoras das crianças. É também um direito reconhecido por instituições oficiais, especialistas e valorizado pelas famílias.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), em materiais publicados em 2023 sobre a primeira infância, destaca que, nos primeiros mil dias de vida da criança — ou seja, 2 anos e 8 meses —, o cérebro forma conexões em ritmo acelerado e que a brincadeira fortalece as bases cognitivas, emocionais e sociais. Já a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), obrigatória para to-

das as escolas do Brasil, reconhece o brincar como direito de aprendizagem.

A pedagoga e psicopedagoga Rosane Rosental, do Colégio Presbiteriano Mackenzie, em São Paulo, concorda que a brincadeira é central na aprendizagem. “É nela que a criança pesquisa, se expressa e constrói conhecimentos. Com objetivos pedagógicos claros, o professor identifica no brincar espontâneo oportunidades de intervenção e planeja novos percursos de ensino.”

Para muitas escolas, o brincar é a essência do processo educativo. “Cada interação ou experiência tem o poder de marcar a formação da criança. Toda brincadeira é descoberta, construção de saberes e expressão”, avalia Cris Leão, coordenadora da Educação Infantil do Colégio Imaculado Coração de Maria, no Rio de Janeiro.

DIREITO DA CRIANÇA

A perspectiva das famílias mostra como essas vivências ultrapassam os

muros da escola. Nilma Pinho, mãe de Zion Pinho dos Anjos, de 4 anos, aluno do Centro Municipal de Educação Infantil Cemei Suzana Campos Tauil, em São Paulo, percebe reflexos claros em casa. “Ele traz galhos e folhas, ensina a irmã a construir brinquedos e fala sobre a importância de cuidar da natureza.”

As aprendizagens aparecem também como Zion lida com frustrações. “Quando perde em jogos ou corridas, lembra que na escola também é assim: às vezes ganha, às vezes perde. Antes chorava muito; hoje entende melhor e consegue lidar com as emoções”, diz Nilma.

INOVAR BRINCANDO

É preciso lembrar que cada estímulo vivido na primeira infância pode marcar a formação da criança. “Quando as famílias percebem os filhos mais autônomos, criativos e felizes, entendem o valor da proposta e passam a ser aliados da escola”, diz Cris Leão.

Assim, entre diferentes abordagens, a diversão com propósito ganha cada vez mais espaço. “Brincar na escola é garantir o direito da criança de se desenvolver de forma natural, mais humanizada e afetiva”, conclui Nilma.



Red Balloon Bilingual School. Um espaço de acolhimento, afeto e desenvolvimento infantil.

Escola bilíngue para crianças de 2 a 5 anos

- Tradição: 9 em cada 10 famílias recomendam a Red Balloon
- 1ª escola brasileira a trabalhar com Oxford International Curriculum
- Excelência do corpo docente reconhecida

UNIDADE JARDINS (SP) UNIDADE BUTANTÃ (SP) UNIDADE JUNDIAÍ (SP) UNIDADE ICARAÍ (RJ)



professor **presente,**
aluno **potente.**



PARTICIPE DO
**PROCESSO DE INGRESSO
DE NOVOS ALUNOS**



UNIDADE ALPHAVILLE

Av. Pentágono, 1000
(11) 4622-7722

UNIDADE MORUMBI

Rua Cidade de Rio Pardo, 241
(11) 3747-6277

UNIDADE PERDIZES

Rua Bartira, 373 | (11) 3865-3988
Rua Caiubi, 126 | (11) 3874-6233

www.colegiopentagono.com

 /colegio.pentagono

 /colegiopentagono

 /pentagonocolegio

 /colegio.pentagono

 /school/colegiopentagono

* Uma escola para todos



O direito à educação é garantido pela Constituição. Mas será que nossas escolas são inclusivas e atendem às diferentes necessidades intelectuais dos alunos?

O acesso à aprendizagem ainda é um desafio para crianças e adolescentes que apresentam alguma neurodivergência como transtorno do espectro autista (TEA), transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), dislexia e superdotação. Nem todas as escolas entendem que variações no funcionamento neurológico desses alunos trazem não apenas desafios, mas também potencialidades e acabam não aceitando alunos com esse

perfil ou não prestando a assistência de que eles necessitam para ser integrados plenamente ao dia a dia da escola.

Os dados mais recentes, no entanto, indicam avanços no caminho da inclusão. Segundo o Censo Escolar de 2024, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o número de estudantes com deficiência, TEA ou altas habilidades matriculados em classes comuns da educação básica cresceu 58,7% entre 2020 e 2024. Na educação infantil, a expansão foi ainda maior: mais de 250%.

Apesar dos números positivos, a formação de professores para receber esses alunos avança pouco. Segundo levantamento feito em 2023 pelo Instituto Rodrigo Mendes, organização não governamental dedicada à educação inclusiva, apenas 6% dos mais de 2 milhões de professores de classes regulares da rede pública e particu-

lar têm formação continuada em educação especial. Sem docentes preparados, o caminho da inclusão fica mais difícil. "Não basta o professor ensinar e achar que, a partir do que se ensina, todo mundo já aprendeu. Uma escola inclusiva é aquela que respeita o jeito de ser de cada um, e oferece propostas político-pedagógicas diversificadas", afirma Deigles Amaro, especialista em gestão educacional da instituição.

Ensinar uma sala de aula diversa, com alunos de diferentes condições intelectuais, físicas e cognitivas, não é uma missão simples e exige uma metodologia voltada ao coletivo. "Tem estudante que não enxerga, que não fala, que não se baseia somente em recursos visuais ou auditivos. A escola que não segrega é aquela que não faz uma proposta pedagógica baseada no modo único", complementa Deigles.

As adaptações necessárias envolvem até mesmo os processos de avaliação. Alunos com dislexia e TDAH, por exemplo, podem ter dificuldade na leitura inicial e no aprendizado das regras de ortografia. "Este aluno pode fazer uma prova oralmente, porque com resposta escrita vai demorar muito mais tempo e ter mais erros de ortografia, e não necessariamente se avaliará o conteúdo aprendido", exemplifica Ana Luiza Navas, associada-fundadora do Instituto ABCD, organização social referência no trabalho com dislexia.

O QUE DIZ A LEI

Há quase 20 anos o Brasil constrói uma legislação para incentivar a inclusão nas escolas. Em 2008, o País ratificou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU). No mesmo ano, publicou a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva. Em 2015, foi promulgada a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146). Há ainda uma legislação específica para dislexia e TDHA (Lei nº 14.254/2021). O desafio, porém, é transformar essas normas em prática no dia a dia das instituições. "A divulgação da lei é positiva, mas algumas escolas ainda não têm clareza sobre o que pode ou não ser feito", diz Ana Luiza Navas.

O atendimento educacional especializado prevê a frequência do aluno na sala comum, com complementação no contraturno, se necessário, de acordo com suas especificidades. Pela legislação, esta atividade deve ser ministrada por um profissional de apoio escolar, que não necessariamente precisaria ser professor, que pode ajudar na higiene, na locomoção e até na comunicação e operacionalização do conteúdo dado em sala de aula.



FORMARE
ATENDIMENTO COMPORTAMENTAL INTEGRADO

Referência em atendimento a pessoas autistas e neurodivergentes.

- TEA
- TDAH
- TOC
- TOD
- Ansiedade
- Depressão
- Transtornos de Humor
- Síndrome de Down
- entre outras

+ de 15 especialidades em um único local

Fonoaudiologia | Terapia Ocupacional | Psicologia
Fisioterapia | Psicopedagogia | Musicoterapia e mais

Todas as idades,
da infância à vida adulta.

(11) 96848-5881

clinicaformare.com.br



Formare Talks



@clinicaformare

O trabalho em sala de aula

Maria Clara Figueira é professora de Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Escola Municipal Professor Manuel Valente do Couto, em Óbidos (PA), onde 48 alunos da educação especial estão matriculados, do infantil ao fundamental I. Ela desenvolve um projeto, fruto de uma parceria com o Instituto Rodrigo Mendes, que consiste em articular a cultura regional com a identidade das crianças, por meio do estudo de danças, lendas e depoimentos dos moradores mais antigos da região. A atividade envolve todos os alunos nas aulas regulares, pela manhã. “O conteúdo é passado com ludicidade, teatro de fantoches e trabalhos de arte.” No contraturno, para os alunos de educação inclusiva, Maria Clara amplia as estratégias: “Fizemos material de apoio, como a confecção de per-

sonagens, desenho e exibição de vídeo.” Em São Paulo, no Colégio Rio Branco, a orientadora educacional de apoio à aprendizagem Juliana Gois aposta no ensino individualizado. Em conjunto com professores, pais e especialistas externos, desde psicólogos e psiquiatras até terapeutas ocupacionais, a escola elabora um plano estratégico. “Estudamos o diagnóstico, as habilidades, as dificuldades no processo de aprendizagem e os desafios”, diz. O documento é atualizado no decorrer do ano, de acordo com o desenvolvimento da criança. “Um aluno com superdotação, por exemplo, pode apresentar dificuldade de socializar. Hoje, é uma demanda. Pode ser que daqui a seis meses não seja mais. É um desafio, que exige pensar em novas estratégias.” Na mesma escola, Itatiara Silva Lourenço acompanhou de perto a revisão do plano de estudos do filho Antônio (nome fictício), de sete anos, que está no 2º ano do fundamental. O menino tem altas habilidades e transtorno de ansiedade e apresentava dificuldade de vínculo com a comunidade escolar. Hoje já participa de forma ativa em sala e socializa com seus pares. “Se engana quem pensa que



uma criança superdotada não precisa de suporte. Ao contrário. Precisa de um programa educacional para se desenvolver e ser feliz na escola como os outros alunos”, explica a mãe. A escola prepara estratégias para valorizar as habilidades de Antônio, que se interessa por arte e música. “Eles desenvolvem projetos, o que achamos que despertaria interesses nele, que gosta de trabalhar com interdisciplinaridade. Assim, ele pode se desenvolver plenamente, com habilidades para a vida”, conclui Itatiara.



Quer um **Ensino Médio Técnico** que prepara jovens com projetos reais?



Confira nossos cursos:

- Administração
- Ciência de Dados
- Informática
- Inteligência Artificial
- Internet das Coisas
- Marketing
- Multimídia



Acesse o site e saiba mais
sp.senac.br/ensinomedio



gettyimages

Nova reforma amplia a formação geral e ajusta os itinerários formativos



Ensino médio: será que agora vai?

Última versão da reforma entrou em vigor no início do ano, voltando a reforçar os conteúdos tradicionais na grade curricular

Após quase dez anos de muitas discussões, reformas e contrarreformas, o ensino médio parece finalmente ter chegado a um formato definitivo no Brasil. Em 2025, as escolas de todo o País passaram a oferecer o mais novo modelo para os alunos do primeiro ano. Disciplinas tradicionais recuperaram boa parte do espaço que haviam perdido na grade curricular e os chamados itinerários formativos, talvez a principal novidade das reformas, ficaram mais padronizados.

Para Ivan Gontijo, gerente de Políticas Educacionais da organização Todos Pela Educação, ainda é cedo para avaliar o impacto de mais um ciclo de alterações: “Este ano tem sido de transição para que as escolas e as redes de ensino se adaptem às novas diretrizes que foram estabelecidas no ano passado”, afirma.

A nova rodada de mudanças surgiu em resposta às insatisfações da comunidade escolar.

Professores, pais e alunos reclamavam que a implementação inicial dos itinerários formativos reduziu demais o espaço para disciplinas mais tradicionais – que continuam sendo as mais cobradas nos vestibulares –, além de gerar confusões e ampliar desigual-

dades entre as redes pública e privada.

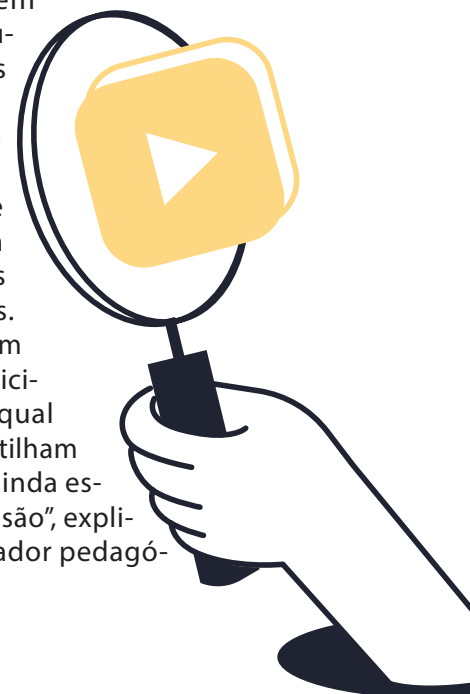
A partir deste ano, os itinerários formativos, parte do currículo em que o aluno pode escolher o que estudar, tiveram seu número de horas reduzido de 40% para 20% da carga horária total. Além disso, passaram a ser, obrigatoriamente, vinculados a uma das quatro grandes áreas do conhecimento: Língua-gens, Matemática, Ciências da Natureza ou Ciências Humanas. Isso deu mais direção e coesão às trilhas opcionais oferecidas pelas escolas. “O modelo anterior estava apresentando uma série de problemas, especialmente duas grandes questões: a redução drástica da formação geral básica e a disparidade entre os itinerários formativos. Essas questões foram corrigidas”, diz Gontijo.

NA PRÁTICA

No Centro Educacional Pioneiro, em São Paulo, essas reestruturações já foram bem absorvidas. “Houve uma reformulação nos focos temáticos. Os itinerários, antes mais multidisciplinares e abrangentes, passaram a ser mais objetivos e diretamente ligados às áreas específicas de conhecimento”, afirma Mário Fioranelli, diretor pedagógico do ensino fundamental II e médio. Apesar de as mudanças terem trazido mais clareza e facilidade na organização pedagógica, Mário acredita que elas reduziram o caráter experimental e criativo de algumas atividades anteriores: “Não basta preparar os alunos

apenas para os vestibulares, embora isso seja importante. Precisamos formar cidadãos críticos, capazes de atuar com autonomia na vida social e no mercado de trabalho. A atratividade e o sentido do conteúdo para o aluno precisam estar no centro da proposta.”

Mesmo com um modelo de itinerários formativos mais ancorado em disciplinas tradicionais, o processo de escolha da trilha a ser seguida pelos jovens no ensino médio ainda segue sendo um desafio. E as escolas vêm buscando formas de apoiar esse processo. Um bom exemplo vem do Colégio Nossa Senhora das Graças (Gracinha), em São Paulo. Lá, os alunos vivenciam uma etapa de experimentação antes de definirem seus itinerários. “Os alunos não escolhem seus itinerários logo no início do ensino médio. Durante o primeiro ano, vivenciam uma espécie de menu-degustação, com experiências trimestrais em cada uma das áreas. Em agosto, realizamos um grande evento com participação das famílias, no qual alguns alunos já compartilham suas escolhas e outros ainda estão em processo de decisão”, explica Paulo Rota, coordenador pedagógico do ensino médio.





Reforma redefine itinerários

Saber se os itinerários oferecidos pela escola têm uma base pedagógica sólida não é algo muito fácil. O Conselho Nacional de Educação (CNE), vinculado ao Ministério da Educação (MEC), constrói as diretrizes que orientam a implementação dos itinerários em todo o País. Entretanto, essas orientações são interpretadas por cada conselho estadual de educação. “Então, é difícil dizer hoje se todos os itinerários têm uma base pedagógica sólida, pois depende de como serão normatizados e implementados”, aponta Ivan Gontijo. Apesar disso, com esse novo desenho curricular, é possível ter mais clareza no processo de avaliação. “Como agora os itinerários passam a ter combinações de aprofundamento nas áreas de conhecimento, vai ser mais fácil fazer um acompanhamento, porque a base pedagógica acaba sendo mais parecida com a das disciplinas tradicionais”, destaca o especialista.

Como os pais também têm mais referências sobre as disciplinas tradicionais, isso facilitará a aproximação com as escolas para acompanhar de perto os itinerários oferecidos. Estar presente nesse percurso dos filhos e dialogar com as instituições de ensino é muito importante. “As famílias devem acompanhar a proposta pedagógica e manter a conversa sobre as inclinações e os desejos de seus filhos com relação à escola”, afirma Ana Bergamin, coordenadora pedagógica do Colégio Vera Cruz, em São Paulo (SP). E essa conversa e o mapeamento das diferentes trilhas de formação oferecidas aos estudantes são um processo que pode, e deve, ser feito pela família antes mesmo da matrícula no ensino médio.



MEU PORTO *é*
Ser aprovado
nas melhores universidades do mundo.

+100
aprovações

nas TOP 100
do mundo
QS World University
Rankings 2024

COLÉGIO VISCONDE DE
Porto Seguro
DESDE 1878

AGENDE
SUA VISITA
www.portoseguro.org.br
Morumbi • Panamby • Valinhos

Aprovações em 15 países

Aprovações em 2024



652
Aprovações
em instituições
BRASILEIRAS
124 universidades públicas

226
Aprovações em
universidades
no EXTERIOR

Educação antirracista: da lei à ação

Mais de 20 anos após entrar em vigor, lei que obriga o ensino de história e cultura afro-brasileira ainda não saiu totalmente do papel na maior parte das escolas

O ano de 2003 marcou uma conquista histórica para o movimento negro no Brasil: a promulgação da Lei 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira no currículo da educação básica. Cinco anos mais tarde, a história e a cultura dos povos indígenas do Brasil também foram incluídas na legislação.

O objetivo dessas iniciativas é promover o respeito à diversidade cultural, fortalecer a identidade de povos marginalizados e combater preconceitos e estereótipos, ampliando o repertório de crianças e jovens, muito pautado na educação tradicional por referências eurocêtricas. "Isso não significa rejeitar as contribuições europeias, mas sim reconhecê-las ao lado das experiências e saberes das populações negras e indígenas", explica Natanael Conceição, supervisor de educação antirracista do Instituto Identidades do Brasil (ID_BR), organização dedicada à redução de desigualdades raciais.

SEM APLICAÇÃO

Na prática, entretanto, a lei provocou poucas mudanças nos currículos escolares até aqui. Segundo um estudo realizado em 2023 pelas organizações não governamentais Geledés e Instituto Alana, mais de 70% das Secretarias Municipais de Educação ainda não têm nenhuma ou há poucas ações para cumprir a legislação. Dessas redes municipais, 53%

fazem ações isoladas e pouco estruturadas, e outras 18% admitem não realizar nenhum tipo de ação.

É um cenário pouco animador para o avanço da educação antirracista no País, pois sinaliza que o próprio poder público não reconhece a obrigatoriedade de seguir a legislação. "É uma atitude que fortalece e dissemina a interpretação de que sua aplicação é opcional", diz Edneia Gonçalves, coordenadora executiva da Ação Educativa, associação civil que atua nas áreas de educação, cultura e juventude.

De acordo com a pesquisa do Geledés e do Instituto Alana, os principais desafios para o cumprimento da lei são a falta de apoio para as escolas, a dificuldade dos profissionais em introduzir a temática nos currículos, a ausência de informação e orientação sobre o tema e a pouca mobilização ou desinteresse dos próprios professores nas instituições.

A socióloga e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro Unirio Andrea Lopes diz que a execução da lei frequentemente se traduz em ações muito pontuais: "Seja pela dificuldade de formação de professores ou da má vontade institucional, a obrigatoriedade desse estudo muitas vezes não é entendida como algo transversal, mas como um evento no 19 de abril [Dia dos Povos Indígenas] ou durante o mês da Consciência Negra [novembro]".

AS ESCOLAS PODEM AGIR

Para 64% dos jovens entre 16 e 24 anos, o ambiente educacional é o local onde mais sofrem racismo. O dado alarmante é da pesquisa Percepções Sobre o Racismo no Brasil, realizada em 2023 pela Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica (Ipec) a pedido do Instituto Peregum e do Projeto Sistema de Educação por uma Transformação Antirracista (Seta).

A socióloga e professora Andrea Lopes, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro Unirio, alerta que o racismo no ambiente escolar se agrava pela vulnerabilidade de crianças e jovens negros, que têm menos recursos, instrumentos e repertório para lidar com a discriminação do que os adultos. A sensação de exclusão e a fragilidade podem ser ainda maiores para estudantes negros e indígenas que estudam em colégios com público majoritariamente branco, pela falta de representatividade nesses espaços.

Andrea enfatiza que a prevenção da discriminação racial dentro da escola requer um comprometimento da instituição com a educação antirracista, desde sua organização até os conteúdos e as relações entre as pessoas.

Se um caso de racismo chegar a acontecer, a escola precisa adotar medidas evidentes e efetivas, sem tratar a situação como caso isolado ou confundi-la com bullying. Também é importante ter pronto um protocolo de enfrentamento dessas situações, considerando seu contexto específico. "Se a escola não desenvolve ações permanentes, articuladas e intencionais para identificação das características do racismo, com certeza terá dificuldade para enfrentá-lo", conclui Edneia Gonçalves, coordenadora executiva da organização Ação Educativa.



Bons exemplos a seguir

Um caso de trabalho antirracista mais integrado ao projeto pedagógico da escola pode ser encontrado na rede pública de Taguatinga, no Distrito Federal. Criada em 2021, a iniciativa Taguatinga Plural oferece apoio financeiro e pedagógico para o desenvolvimento de ações antirracistas nas escolas estaduais da região. Segundo o coordenador do projeto, André Lúcio Bento, algumas unidades já desenvolviam atividades ligadas ao tema, mas, muitas vezes, de forma dispersa, sem foco e articulação. Agora, André acredita que “há uma interpretação menos estereotipada e mais diversa do que representam os povos pretos e indígenas, além de uma abordagem mais interdisciplinar”.

Outra referência é a Escola Maria Felipa, considerada a primeira afro-brasileira do País. Com unidades em Salvador e no Rio de Janeiro, a insti-

tuição privada tem o antirracismo no centro de seu modelo pedagógico. “Temos um currículo que potencia os saberes culturais, filosóficos, científicos e tecnológicos dos povos africanos e afro-brasileiros”, explica Cristiane Coelho, diretora da unidade de Salvador.

Entre os pontos positivos dessa abordagem, Cristiane destaca o desenvolvimento da consciência social, racial e ética desde a infância, permitindo que as crianças negras se reconheçam positivamente no currículo, nos livros, nas falas dos educadores e nas propostas pedagógicas – o que gera sentimento de pertencimento, valorização da ancestralidade e orgulho da própria história.

AGENDA ANTIRRACISTA

A partir da repercussão do caso George Floyd – homem negro assassinado por um policial nos Estados Unidos em maio de 2020 –, a direção do Colégio Equipe, em São Paulo, uniu-se a

pais de alunos para criar uma agenda, antirracista de curto, médio e longo prazo. Entre os objetivos da agenda, estão “ampliar a presença de estudantes e professores negros na escola, a revisão do currículo pedagógico e a ampliação do diálogo do colégio com as escolas públicas, movimentos sociais e outros atores da luta antirracista”, explica Evie Santiago, cofundadora da Comissão Antirracista do Equipe.

Para Luciana Fevorini, diretora do Equipe, as medidas refletiram na redução dos casos de racismo na escola e nas atitudes dos alunos: “Tem-se observado que os estudantes negros se sentem valorizados por meio do resgate de suas raízes ancestrais, assim como o letramento racial de estudantes brancos, a partir da conscientização sobre a herança escravocrata e o reconhecimento do compromisso com a reparação histórica”, conclui.

ESTADÃO
BLUE STUDIO

Este material é produzido pelo Estadão Blue Studio e apresentado por FAAP.

Colégio
FAAP

Formação ‘mão na massa’ para construir o futuro

Colégio FAAP oferece mais de 40 itinerários formativos com atividades práticas no contraturno para aprofundar a vivência em criatividade, tecnologia e negócios

A combinação equilibrada entre teoria e prática é fundamental para o sucesso de qualquer projeto pedagógico. Com o propósito de tornar seu Ensino Médio ainda mais completo e atraente para os estudantes, o Colégio FAAP São Paulo está disponibilizando uma série de atividades práticas no contraturno das aulas convencionais.

Oferecidas a partir do início do próximo ano letivo, essas atividades utilizarão a ampla infraestrutura de laboratórios, ateliês e oficinas da instituição para proporcionar vivências em temas como moda, cinema, artes, tecnologia e empreendedorismo. Os estudantes terão a oportunidade de experimentar diferentes possibilidades de carreira e, com isso, absorver mais elementos para a escolha informada e consciente do curso superior.

Além de fortalecer o repertório acadêmico, a novidade tem também o objetivo de proporcionar vivências “mão na massa” e incentivar o convívio social. “Quanto mais a gente conseguir equilibrar o uso das telas, como uma ferramenta de tecnologia – tão inerente ao nosso cotidiano –, com



Marcos Anjos/FAAP

Alunas do Colégio FAAP, que agora oferece mais de 40 itinerários formativos no contraturno, ampliam horizontes com criatividade, tecnologia e negócios

as atividades formativas propostas, mais contribuimos para desenvolver as soft skills individuais de cada aluno”, diz Luís Sobral, CEO da Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP), referindo-se aos atributos de comportamento que serão cada vez mais importantes no mercado de trabalho, a exemplo de iniciativa, colaboração, pensamento crítico, empatia, comunicação e liderança. Sobral ressalta que as atividades do contraturno não serão um mero “passatempo”: ao contrário,

estão sendo planejadas para integrar, com coerência e eficiência, o programa de ensino. A projeção é de que os itinerários formativos e as oficinas de contraturno representem 20% da carga horária total dos estudantes, sem acréscimo no valor da mensalidade.

É um benefício que se junta a outras vantagens relevantes. Fazer todo o Ensino Médio no Colégio FAAP dá direito a uma bolsa de 20% ao ingressar no Centro Universitário FAAP, válida para qualquer curso

e para todo o curso, desde que seja mantido o nível de desempenho acadêmico exigido.

Quem cursa o Ensino Médio no Colégio FAAP tem ingresso assegurado em qualquer curso de graduação na FAAP, pois a instituição considera que a avaliação já terá sido feita. “Conhecemos muito bem cada estudante que esteve sob a nossa orientação pedagógica, de tal forma que, nesses casos, podemos usar a própria média do desempenho escolar do aluno como critério de entrada no nível superior”, explica Sobral.

Outro atrativo para os alunos do Ensino Médio é integrar um complexo cultural ativo, que une inovação à tradição da FAAP desde 1947. Além da convivência com diversas manifestações artísticas, eles têm acesso gratuito a teatro, cinema e ao Museu de Arte Brasileira (MAB FAAP).

Fundado em 1988 em São Paulo, o Colégio FAAP também está em Ribeirão Preto desde os anos 2000, onde se tornou referência no Ensino Médio. A unidade passará a oferecer o Ensino Fundamental II a partir de 2026.

IA é aprovada em sala de aula

Projetos em escolas públicas e privadas mostram usos pedagógicos da tecnologia, mas especialistas defendem formação crítica e ética

O avanço e a popularização de ferramentas de inteligência artificial (IA) têm desafiado as escolas a repensar suas práticas, avaliações e o próprio papel do professor. Se, por um lado, a IA amplia o acesso à informação e permite a personalização do ensino, por outro, é preciso formar educadores e estudantes para essa nova realidade e para o uso crítico e ético desses recursos. “A chegada da inteligência artificial generativa ao ambiente escolar representa mais do que uma inovação tecnológica – ela nos convida a uma mudança de paradigma”, diz Sara Hughes, uma das autoras do livro *A Escola com Inteligência Artificial Generativa* e diretora da escola FourC Bilingual Academy, em Bauru (SP).

Ela explica que a IA pode apoiar professores em tarefas administrativas, avaliações e diagnósticos, liberando tempo para focar a escuta, o acolhimento e a mediação do processo de aprendizagem. Além disso, desde que usadas com propósitos pedagógicos, responsabilidade, ética e orientação adequada, essas ferramentas ajudam a estimular a criatividade, a curiosidade e o pensamento crítico dos estudantes. Assim, podem ser aliadas para enriquecer projetos interdisciplinares, resolver problemas e preparar os alunos para um futuro cada vez mais digital.

EXEMPLOS INSPIRADORES

É com esse objetivo que o Colégio Farroupilha, em Porto Alegre (RS), trabalha a IA como conteúdo transversal. O projeto Entre Linhas e Códigos: Construindo Argumentos na Era da IA, desenvolvido com estudantes do 8º ano do ensino fundamental, nasceu a partir do filme *Extraordinário* (2017), do diretor Stephen Chbosky. A história parte dos desafios de um menino que tem uma deformidade facial e começa a frequentar uma escola regular.

Na primeira fase do projeto, os alunos se dividiram em grupos para fazer críticas favoráveis ou negativas ao filme e defender seus argumentos sem o uso de IA. Em seguida, recorreram à tecnologia como ferramenta de reflexão e aprimoramento para trabalhar as suas considerações originais.

Agora no segundo semestre de 2025, uma nova disciplina eletiva está sendo oferecida para o ensino médio: IA e Inovação: Criando o Amanhã, que abordará

o que é IA e seu impacto na sociedade. “Os alunos vão experimentar ferramentas populares como o ChatGPT, o DALL-E e o Canva AI, e serão incentivados a criar conteúdos diversos — histórias, imagens, mapas mentais, vídeos e jogos — com o apoio da IA”, diz Marícia Ferri, diretora-geral do colégio. “Paralelamente, o curso promove a reflexão sobre os limites éticos do uso dessas tecnologias, a cidadania digital e as novas possibilidades profissionais que surgem com a evolução dessa tecnologia. O percurso culmina na elaboração de um projeto autoral, que integra criatividade e responsabilidade no uso dessas ferramentas”, completa.

No Colégio Visconde de Porto Seguro, em São Paulo, o uso da IA é trabalhado com os alunos do 2º ano do ensino fundamental até o 1º ano do ensino médio. Os conteúdos incluem desde o desenvolvimento do pensamento computacional até a criação de prompts e o uso consciente de ferramentas baseadas em IA generativa. “Um projeto de destaque é o Suicide Analytics for Counter Incidence Saci, idealizado por alunos com apoio da equipe docente. Utilizando machine learning, o projeto investiga correlações entre fatores socioeconômicos e taxas de suicídio globais, resultando em visualizações interativas e insights relevantes”, diz Alessandra Burti, coordenadora de educação digital da unidade Morumbi do colégio.

Piauí vira referência em IA

Desde 2024, o Piauí implantou obrigatoriamente a disciplina de Inteligência Artificial em todas as escolas da rede pública estadual. Ela está presente no currículo dos estudantes do 9º ano do ensino fundamental até o 3º ano do ensino médio.

Esse pioneirismo, reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), foi possível graças a uma série de parcerias estratégicas. Instituições de ensino superior como a Unipampa, UFRGS e IFFarroupilha desenvolveram o currículo e a formação inicial dos professores.

A valorização do tema levou mais de 99 mil alunos piauienses a se inscreverem na Olimpíada Nacional de IA no ano passado e começa a gerar novos conhecimentos para a região. Na escola CETI Paulo Freire, em Guaribas, a mais de 650 km de Teresina, alunos desenvolveram um protótipo de aplicativo que recomenda sementes para agricultores familiares a partir de dados sobre solo, clima e tipo de cultivo. “Os estudantes aplicam na prática os conhecimentos adquiridos nas aulas de IA, criando soluções que dialogam diretamente com a realidade da comunidade”, diz Amanda Sousa, professora da instituição.



Formação dos professores em foco

Formar os professores é condição essencial para que a inteligência artificial (IA) avance nas escolas. No Colégio Visconde de Porto Seguro, em São Paulo, desde 2024 todas as unidades contam com um programa específico de capacitação docente em IA. A iniciativa inclui workshops com simulações, exemplos práticos e debates sobre os aspectos éticos do uso da tecnologia, além da produção de materiais de apoio, como roteiros de aula, tutoriais e guias para o uso responsável. A formação continuada também foi incorporada ao calendário pedagógico, estimulando trocas entre professores de diferentes áreas do conhecimento.

Essa qualificação também é prioridade nos colégios da rede Bernoulli, com unidades em Belo Horizonte (MG), Nova Lima (MG) e Salvador (BA). Um dos principais projetos é a assistente virtual Ulli, integrada à plataforma Meu Bernoulli (MB), que conecta alunos, professores, gestores e famílias em um único ambiente virtual. “A Ulli atua como uma parceira do educador, apoiando a criação de aulas, a elaboração de questões, o planejamento e a análise de dados. Para os estudantes, funciona como uma ferramenta de aprofundamento e pesquisa, sempre com supervisão docente”, aponta Marcos Raggazzi, diretor executivo das unidades escolares do Bernoulli.

Todos os professores da instituição ainda têm acesso à plataforma de formação continuada, a BAcademy, que disponibiliza cursos de formação de nível básico, intermediário e avançado em IA.

PROCESSO EDUCATIVO

Os muitos exemplos positivos na exploração da nova tecnologia não escondem, porém, que ainda há riscos que não podem ser ignorados. “Um deles é o uso superficial ou passivo da tecnologia, que pode reduzir o aluno a um consumidor de respostas prontas”, diz Sara Hughes.

Para Paulo Blikstein, professor livre-docente da Columbia University (EUA),

“A Ulli, nossa assistente virtual, atua como parceira do educador, apoiando desde a criação de aulas até a análise de dados”

Marcos Raggazzi,
diretor executivo das unidades
escolares do Bernoulli

“Sempre houve tentativas de burlar trabalhos ou colar em provas, isso reflete mais o comportamento do estudante do que a tecnologia”

Alexandre Marcondes, diretor de
Tecnologia e Inovação do Porto Seguro

as ferramentas devem ser usadas para auxiliar no aprendizado e não para assumir o papel de fazer trabalhos e tarefas para o estudante. “A escola pode criar um projeto sofisticado de robótica que não foi inteiramente feito pela IA, mas pelas crianças com o auxílio dessas ferramentas”, exemplifica.

Evitar que trabalhos ou lições de casa sejam fruto exclusivo de respostas geradas por IA é um desafio para os professores, mas, como diz Alexandre Marcondes, diretor de Tecnologia e Inovação do Porto Seguro, não chega a ser uma grande novidade: “Sempre houve tentativas de burlar ou colar, o que reflete muito mais o comportamento do estudante do que a tecnologia em si”. Nesses casos, segundo ele, os professores dialogam com os alunos, mostrando que a IA pode ser uma aliada no processo criativo, mas não deve substituir o raciocínio e a autoria. Também são promovidas atividades específicas de letramento digital e ética.

No Colégio Farroupilha, a assessora pedagógica Marília Dal Moro Bing conta que há relatos de professores que perceberam, pelo estilo, alunos que usaram IA para escrever resumos e projetos. A orientação da escola também é chamar o estudante para conversar. “É preciso que o aluno reconheça que esse é um problema ético. Essa conversa é parte do processo educativo”, conclui Marília.

O GDV EVOLUIU.
E OS RESULTADOS
ESTÃO POR TODA
PARTE.

+9.000 m²
de infraestrutura
acadêmica e
esportiva

TOP 5%
melhores notas
do ENEM em
São Paulo

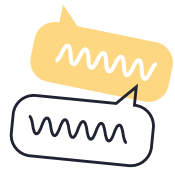
+30 OPÇÕES
de atividades eletivas
entre esportes, artes
e tecnologia

Colégio
GDV



Tradição ou modernização: o papel da lição de casa

Famílias e escolas discutem como equilibrar aprendizado e infância



Parte da cultura escolar brasileira, a lição de casa, também chamada de "dever" ou "tarefa", é alvo de debates há décadas. Para uns, ela simboliza disciplina, responsabilidade e envolvimento das famílias no processo de aprendizagem. Para outros, traz uma sobrecarga que invade o tempo de brincar, conviver e descansar.

No Colégio Pentágono, a tarefa recebe o nome de "atividade complementar" e, segundo Rodrigo Reis, diretor da unidade Alphaville, tem o objetivo de contribuir para a construção da postura do estudante, desenvolver a autonomia e consolidar hábitos de estudo responsáveis. "Também abre espaço para pesquisa, leitura crítica, curiosidade intelectual e autodescoberta."

Para Ivaneide Dantas, professora e

coordenadora de estágio do curso de Pedagogia do Instituto Singularidades, o impacto das tarefas no bem-estar infantil depende da intencionalidade. "Quando os professores têm clareza dos objetivos e oferecem devolutivas construtivas, os alunos encaram a tarefa de maneira mais engajada. Já lições sem propósito ou com grau de dificuldade desproporcional podem gerar frustração e afastar as crianças do estudo."

DEVERES

A pediatra Isabella Moreira, mãe de duas meninas, de 7 e 5 anos, lembra que a própria infância foi marcada por tarefas que pareciam tortura. "Gerava muito estresse. Não tenho boas lembranças disso", conta. Hoje, com as

filhas, a experiência é diferente. "Para minha surpresa, as lições estão mais lúdicas. Participo sem fazer por elas, mas acompanho e até relembro aprendizados. Não têm sido um martírio."

Para Milene Alves, diretora de Sucesso do Cliente da Escola da Inteligência, a chave é o planejamento. "Mais do que revisar conteúdos, a lição ajuda a lidar com responsabilidades, organizar o tempo, sustentar o esforço diante de desafios e reconhecer o próprio progresso. Quando equilibrada, fortalece vínculos, estimula a autonomia e apoia o desenvolvimento socioemocional".

O ponto de tensão surge quando a quantidade ultrapassa o limite saudável. Para Ivaneide, a lição não deve ocupar o espaço de brincar, descansar ou conviver em família. "Quando bem dosada, é uma aliada. Mas, se vira excesso, se transforma em obstáculo."

O debate não é exclusivo do Brasil. Na França, em 2012, os pais protestaram contra os deveres, alegando a necessidade de mais tempo para a família. A Espanha, por sua vez, classificou a prática como sintoma de fracasso do sistema escolar, e alguns distritos dos Estados Unidos reduziram as tarefas para atender estudantes que trabalham ou cuidam dos irmãos.

Por aqui, o movimento ganha força em escolas de tempo integral, que representam 15% das instituições. Com jornada de oito horas, elas permitem que os alunos concluam as atividades dentro da escola, liberando espaço para outras experiências.

EQUILÍBRIO

Não existe consenso científico sobre a quantidade de tarefas por faixa etária, lembra Ivaneide, mas o bom senso deve prevalecer. "A lição precisa ser moderada, interessante e adequada. Mais importante do que a quantidade é garantir que esteja alinhada aos objetivos de aprendizagem e que seus resultados sejam incorporados às atividades em sala de aula".

Seja reduzida, abolida ou reformulada, a lição de casa seguirá em debate. O ponto comum está na busca por equilíbrio: tarefas claras e significativas, capazes de estimular a autonomia sem comprometer o tempo de viver a infância. "É na medida certa que a lição cumpre seu papel: fortalece habilidades socioemocionais, estimula a autonomia e garante que a infância seja vivida com leveza e confiança", resume Milene.

50 anos
ÁBACO

Colégio Ábaco,
há 50 anos
formando
gerações!

Poliedro
Sistema de Ensino

Ábaco.
Educação
em constante
evolução.

Matrículas Abertas!

ÁBACO